SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTRO DAIRE

ATA NÚMERO CINCO DE DOIS MIL E DEZANOVE

---------Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezanove, nesta vila de Castro Daire e Auditório da Assembleia Municipal, reuniu a Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto no número um, do artigo 27.º, do Anexo I, da Lei número 75/2013, de doze de setembro. Eram nove horas e trinta minutos quando, pela Senhora Presidente da Mesa, foi iniciada a sessão, com a seguinte ordem de trabalhos: ----------

Ponto Um – Apreciação e votação da ata de sessão ordinária da Assembleia Municipal de vinte e oito de junho de dois mil e dezanove.----------

Ponto Dois – Nomeação de um representante da Assembleia Municipal, para integrar a Comissão Municipal de Toponímia, nos termos do artigo 5.º do Regulamento de Toponímia do Município de Castro Daire aprovado em Assembleia Municipal de vinte e cinco de fevereiro de dois mil e quatro. ---

Ponto Três – Análise, discussão e votação da proposta de deliberação do Executivo Municipal da não aceitação do exercício de competências previstas no Decreto-Lei número 72/2019, de vinte e oito de maio de dois mil e dezanove para os órgãos municipais para o ano de dois mil e vinte, no domínio das Áreas Portuárias.----------

Ponto Quatro – Tomar conhecimento, nos termos da alínea d), do número dois do artigo 77.º da Lei número 73/2013, de três de setembro, da Informação Semestral sobre a situação económica, financeira e orçamental relativa ao primeiro semestre de dois mil e dezanove. ----------

Ponto Cinco – Análise, discussão e aprovação do acordo de financiamento das atividades exercidas ao abrigo dos contratos interadministrativos de delegação de competências relacionadas com o Sistema de mobilidade e serviço público de transporte de passageiros entre a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões e o Município de Castro Daire, para cumprimento da alínea k) do número um do artigo 25.º do Anexo I da Lei número 75/2013 de doze de setembro.----------

Ponto Seis – Apreciação, nos termos da alínea c), do número dois, do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei número 75/2013 de doze de setembro, da Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal, relativamente à atividade do Município, bem como a sua situação financeira. ----------

Ponto Sete – Aprovação, nos termos do disposto no número três e para efeitos do disposto no número quatro do artigo 57.º do Anexo I da Lei número 75/2013 de doze de setembro da ata em minuta para produção de efeitos imediatos e eficácia externa.----------

Interveio a Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal cumprimentando os membros da Assembleia Municipal, o Sr. Presidente da Câmara e os Srs. Vereadores. Dada a existência de quórum,

verificam-se condições para se iniciarem os trabalhos. Informou da existência de substituições, nomeadamente a do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cujó substituído pela D.ª Delfina da Conceição da Silva Ramalho Pereirinha; a do Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Pinheiro substituído pela D.ª Maria João Rodrigues Cardoso, a do Sr. Presidente da União de Freguesias de Mezio e Mouramorta pelo Sr. Arlindo Augusto Matias Pereira e o membro da Assembleia Municipal, Sr. Albino Ramos, pelo Sr. Augusto Rodrigues da Silva Andrade, tendo todos os elementos dado conhecimento das suas ausências e fazendo-se substituir. Cumprimentou o público presente, em concreto o Sr. António Augusto Cardoso perguntando-lhe se desejava intervir, ao que ele respondeu que só pretendia assistir.----------

---------**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**----------

---------**Leitura e apreciação do expediente**----------

---------Usou da palavra a Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal informando da sua presença na Feira Medieval de Mões, nas comemorações dos dezoito anos da Biblioteca Municipal, na abertura da FICA (Feira Industrial, Comercial e Agrícola) de Castro Daire e no Seminário "Interior – território de oportunidades". Informou que decorrerá, em novembro, nos dias vinte e nove e trinta, o Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, em Vila Real, onde estará presente. Acrescentou que esta Assembleia elegeu já no início do mandato um representante dos Srs. Presidentes de Junta, o Sr. Presidente de Junta da Freguesia de Moledo, que também estará presente. Informou da entrega, aos representantes dos grupos municipais, da cópia das conclusões resultantes de um encontro dos Presidentes de Assembleia Municipal decorrido no Algarve, o sétimo encontro, sobre regionalização, e cujas conclusões fizeram questão de enviar a todas as Assembleias Municipais do país, para conhecimento. Assim, os deputados municipais Carlos Pinto, Horácio Ribeiro e António Ferreira receberam o respetivo documento. Entregou ainda, aos mesmos, o resumo de uma intervenção de uma reunião da Associação Nacional de Assembleias Municipais (ANAM) realizada em Braga pelo Dr. João Paulo Batalha, Presidente da Associação Transparência e Integridade com o tema "O papel das Assembleias Municipais na promoção e defesa da transparência do poder local". Destes documentos, referiu ter entregue, também, cópia ao Gabinete de Apoio para conhecimento ao Sr. Presidente da Câmara.----------

---------**Assuntos gerais de interesse autárquico nos termos do disposto no artigo 52.º do Anexo I à Lei número 75/2013 de doze de setembro**----------

---------Interveio a Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal referindo que, tendo em conta o número de inscrições para intervenção, ter-se-á disponível cinco minutos para cada deputado, apelando à compreensão dos presentes, no que concerne à utilização do tempo.----------

---------**Alexandre Paulo Simões Pereira**----------

---------Interveio cumprimentando os presentes, nomeadamente a Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal, os Srs. Secretários da Mesa, o Sr. Presidente da Câmara, o Sr. Vice-Presidente, os Srs. Vereadores e os colegas. Interveio abordando dois assuntos, o primeiro por uma boa razão, congratulando-se pela conquista, pela Associação Desportiva de Castro Daire, da Supertaça de Futebol de Viseu, deixando o seu reconhecimento e um voto de parabéns aos atletas e Direção que juntaram o título do ano passado, à Supertaça deste ano. O segundo assunto diz respeito aos incêndios, a Freguesia de Moledo foi assolada por um grande incêndio, pelo que em nome de toda a comunidade e Freguesia de Moledo deixou expresso, um agradecimento profundo, àquilo que foi o trabalho levado a cabo na freguesia, nomeadamente a toda a estrutura da Proteção Civil Municipal, começando pelo Sr. Presidente da Câmara que esteve sempre presente, todas as forças intervenientes, os Bombeiros do concelho, Bombeiros que vieram de fora, GNR, os Sapadores Florestais e também muitos populares e instituições que ajudaram no combate ao incêndio. Disse ter a certeza que através do esforço de todos foi possível minimizar os prejuízos e minimizar aquilo que foi a dimensão do incêndio. Foi um trabalho muito profissional e ficou muito, agradavelmente, surpreendido pela dedicação e forma orquestrada com que os meios atuaram, nomeadamente, os meios aéreos que tiveram uma grande importância porque a zona em questão tem uma floresta grande e densa, com muito mato, pelo que foi possível fazer um trabalho concertado e até com uma contribuição externa de uma máquina do Município de São Pedro do Sul e da máquina do Município de Castro Daire pelo que foi possível conter o incêndio e minimizar os prejuízos. Desta forma, em seu nome pessoal, em nome da Junta de Freguesia e de toda a comunidade de Moledo, deixou um profundo agradecimento a todos aqueles que colaboraram no combate ao incêndio.----------

---------**Constantino Duarte da Silva**----------

---------Usou da palavra para cumprimentar os presentes começando pela Mesa da Assembleia Municipal, a Mesa do Executivo Municipal, a Assembleia e a Idália. Referiu que, o que o leva a intervir é, outra vez, o tema da água, abordado em três pontos: - primeiro, o ofício enviado à Câmara pela Direção Geral de Energia e Geologia sobre a criação de um perímetro de proteção às águas HN74 Água de Tarouca; - segundo, a água da rede pública de Cujó; - terceiro, a água do Rio Paiva. No que diz respeito ao primeiro, a Junta de Freguesia de Cujó, recebeu, encaminhado pelo Sr. Presidente da Câmara um ofício da Direção Geral de Energia e Geologia para a criação de um perímetro de proteção a uma nascente denominada HN74 Águas de Tarouca. Todavia, esse perímetro de proteção não abrange a Freguesia de Cujó mas, ainda que não abranja a Freguesia de Cujó, estamos solidários com a freguesia das Monteiras e Mezio. Para a Freguesia de Cujó, não é o seu perímetro mas o que circula por baixo do mesmo, ou seja, as águas que estão a norte do Rio

Paiva e a nascente da EN2. Sabe-se que as águas que abastecem e jorram nas nascentes de Cujó, Monteiras, Rio Varosa, nascentes de Almofala e Mezio, elas não vêm de Lamego para cá, elas não vêm de Santa Helena para cá, mas também não vão do Paiva para cima, elas vêm dos lados, da barragem de Pretarouca, portanto correm toda aquela Serra do Moure, Serra da Cascalheira e inclusive abastecem Pendilhe, já no Município de Vila Nova de Paiva. Questionou, o Sr. Presidente da Câmara, se já respondeu a este ofício, se respondeu no singular ou se respondeu no plural e se respondeu no singular, está a ser esperto, se respondeu no plural, está a ser inteligente. Para ser mais específico, se respondeu no singular está a ser esperto e está a pensar nos cofres do Município, está a tentar receber contrapartidas de uma empresa que irá explorar água. Se respondeu no plural, está a ser inteligente e a ser social, a querer dar-se com as pessoas de Cujó, das Monteiras, do Mezio diretamente e, indiretamente, com as pessoas de Mouramorta, Custilhão, Farejinhas, São Joaninho e, se calhar, até Castro Daire. Neste artigo e uma vez que não chega grande informação, como este ofício foi enviado à Câmara de Tarouca e à Câmara de Lamego, também gostava de saber qual foi a resposta dessas Autarquias ao ofício enviado pela Direção Geral de Energia e Geologia. Se ainda não respondeu, o próprio deixou aqui em parte a razão pelo qual deve responder no plural. Também não pode entrar em contradição porque o que a Serra tem de melhor é a água. Se Aquilino Ribeiro, há anos, escreveu um livro com o título "Quando os lobos uivam" aquando da plantação florestal efetuada pelo Estado, a isto acontecer, ter-se-á que escrever um livro "Quando os lobos morrem à sede". Portanto, ao criar este perímetro de proteção está a alienar uma grande parte da área da Freguesia das Monteiras que no futuro, a não ser pela falência da empresa, jamais ali se poderá captar água, estando-se a alienar uma grande área da Freguesia das Monteiras embora os nascentes ponham em causa todos os nossos nascentes, do Município, inclusive os nascentes do Rio Varosa, os nascentes do Rio Mau, os nascentes do Rio Calvo e os nascentes do Rio Paivó e ao assinar no singular, está a entrar em contradição, pelo seguinte, a Câmara tem um dos seus bons objetivos, o empreendimento na Agricultura, apoiando os jovens na Agricultura e questionou se depois se vai retirar a água para regar os seus terrenos. Outra iniciativa boa, que louva, é a angariação de medicamentos para pessoas carenciadas e que tenham sido passados com receita médica e então está a angariar-se dinheiro para essas pessoas e depois está a obrigar-se a comprar água para beber. São estas as razões que apresenta para que responda no plural e não no singular, a parte social também é importante. Um outro ponto abordado relativo às águas, são as águas da rede pública de Cujó. O Sr. Vereador Luís Lemos, já deve ter os ouvidos muito massacrados, mas não mais que a Junta de Freguesia de Cujó, pois havendo uma reunião de freguesia ou havendo uma reunião da Assembleia de freguesia, se a reunião demorar uma hora, quarenta e cinco minutos são sobre o tema da água da rede pública e não é preciso ir-se a Coimbra para se solucionar o problema, para se ter capacidade para resolver o problema. É preciso chamar à

responsabilidade direta, sabe que alguém é responsável por isso acontecer e é preciso parar com isto e a via da comunicação é sempre aquela que defende, embora surjam várias iniciativas propostas em reunião de junta, mas quer-se a via do diálogo, a via mais importante para chegar a um consenso e se resolverem os problemas que não são assim tão graves. Basta apenas estabilizar a água, sabe-se que os depósitos que estão em Cujó foram limpos por pessoas competentes, mas o que arrastou a sujidade do depósito, antes dele ser limpo, encontra-se na tubagem. Quando há falha de água, no depósito, ela começa a escassear pela tubagem abaixo, a tubagem está impregnada de sujidade. Quando vem água, novamente, há a junção do ar com a água, cria determinadas alterações à tubagem e a água tem cheiro, tem sabor e tem cor e não foi isso que se aprendeu na escola quando se falava na água, não foi isso. Reconhece que se tenha que beber água com sabor, porque a água leva tratamento e para ter qualidade tem que levar tratamento, mas o que não pode é ter cor, nem cheiro, como se tem verificado. A única coisa que pede é que estabilizem a água de uma vez por todas para que isto não aconteça. Quanto às águas do Paiva, aparecem nas redes sociais as águas inquinadas do rio Paiva onde são largadas descargas, diz não saber se isto é do nosso Município, sabe que é a jusante da Ponte Pedrinha, pelo que questionou se no nosso Município, alguém está a fazer alguma coisa nesse sentido. ----------

---------**José de Almeida Gonçalves** ----------

---------Interveio cumprimentando os presentes, saudando a Mesa, o Sr. Presidente da Câmara, os Srs. Vereadores, os colegas da Assembleia, a Dr.ª Idália e o Ex.mo público. Lembrou que da última vez que interveio, falou das fossas e da dificuldade em escoar e esqueceu-se de dizer, na altura, que na povoação do Mosteiro e parte do Ameal há saneamento feito, que carece de pelo menos uma fossa coletiva para onde ele possa ser despejado. Seria ligado e a fossa seria limpa conforme a necessidade. Diz pensar não fazer sentido nenhum ter-se dezena de milhares de euros enterrados sem ter qualquer utilidade. Destacou ainda o assunto da rede dos Jardins de Infância, nomeadamente, acerca do Jardim de Infância de Cabril, dizendo saber que a Câmara a oito de julho remeteu um ofício e o Agrupamento, também está de acordo com o mesmo, porque não vê lógica em mandar oito crianças da Freguesia de Cabril, algumas delas a dezasseis quilómetros, para frequentar outro Jardim de Infância. Considera que, se tivesse havido diálogo, não sabe exatamente com quem, talvez o Sr. Presidente da Junta, e deveria fazer-se como se fazia antigamente e o que se faz em muito lado, pois arranjavam-se mais duas ou três matrículas, e verificava-se a possibilidade da sua reabertura. Coloca em dúvida a legalidade de, crianças de três anos, serem deslocadas essas distâncias para frequentarem outro Jardim de Infância. Quanto à limpeza urbana, afirmou ter vindo a alertar que duvida que a consigam fazer este ano, em Cabril. Disse que andam cinco pessoas, mas em média que sejam três, durante o ano, mas ainda falta acabar a limpeza de Moimenta, Tulha

Nova, Tulha Velha, Grijó e Chão dos Fetos e isso prova que tínhamos razão quando não se aceitou a verba porque ela diminuiu. Acrescentou que, uma empresa particular, a quem se pediu o orçamento para aplicar o herbicida, colocou Cabril em igualdade com Moledo e só atrás de Castro Daire e Mões e essas empresas não se enganam nas contas pois, atendendo à área urbana existente, não há hipótese e diz não saber se irão conseguir, porque com o dinheiro que recebiam faziam duas limpezas anuais, antes da Páscoa e em junho, agora, se calhar com muito mais dinheiro do erário público, não diz que seja da Câmara, mas se andarem três pessoas diárias, são quinhentos euros cada uma por mês, se calhar até é mais, durante doze meses são, dezoito mil euros e não conseguem limpar a freguesia. Afirmou ser necessário rever esta situação, porque na Freguesia de Cabril há várias povoações que depois de terem recebido os seus migrantes e emigrantes, não continua sem estar limpo, com várias povoações por limpar. Referiu-se, também, às Infraestruturas do Lodeiro, para o qual alertou durante muito tempo, e deve estar em ata, que dificilmente alguém iria tomar conta do local nas condições em que estão e deu até o seu exemplo tendo-lhe saído uns milhares de euros do bolso, porque não tem luz e não tem água. Disse saber que entregaram a rede de baixa mas quer alertar porque não sabe se a mesma será feita com facilidade, porque existirão Providências Cautelares indo para Tribunal a sua construção. Mas se for, pelo menos pede para fazerem uma coisa, que é para não acontecer o que aconteceu este ano, que fecharam quando aquilo é visitado por milhares, pois no período de um mês e meio é visitado por milhares de pessoas, nacionais e estrangeiros, como caravanas de Espanha, França, pelo que, pelo menos pede para se manter os sanitários abertos mas, para tal, é necessário ter energia elétrica e um gerador. Porque ninguém pega se tiverem que pagar o gerador e o combustível. Referiu que, certamente, farão um novo concurso, pelo que fez duas sugestões: - primeiro, não o fazer sem ter água e luz; - segundo, não fazer para quatro meses, porque imagine-se que aquelas empresas que operam em Alvarenga também querem concorrer, a eles interessa-lhes o inverno, para a prática de desportos náuticos, pelo que o concurso deve ser feito para o ano todo. Concluíu, fazendo ainda duas questões, se sabem alguma coisa da exploração de lítio no concelho pois constou-lhe que andavam a fazer prospeção para os lados de Cabril e Parada e de facto viu um carro, dois dias, com uns aparelhos. A segunda questão tem que ver com a adjudicação da limpeza das estradas e das bermas, feito pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia, e que a limpeza pressupõe cinco metros na parte Norte e três na parte Sul, mas diz pensar estar errado porque considera que deveriam ser mais metros na parte Sul do que na parte Norte, ou ser igual para todo.----------

---------**Pedro Alexandre Almeida Silva**----------

---------Interveio cumprimentando a Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal, os Srs. Secretários, o Sr. Presidente da Câmara Municipal, os Srs. Vereadores, os colegas, o Sr. Cardoso e a Prof.ª Idália.

Começou por saudar o Sr. Presidente da Câmara pela excelente organização da FICA dois mil e dezanove. No contínuo da sua intervenção disse que o que o leva a intervir tem que ver com a EM 558, pois gostava que o Sr. Presidente, se pudesse, dissesse para quando está prevista alguma intervenção do troço Reriz à Estrada Nacional. Aproveitou ainda por dar os parabéns pela excelente obra que liga a EN225 à Ponte de Cabaços, porque se já existia trânsito a passar por Reriz com esta infraestrutura ainda mais trânsito por lá passa. Questionou para quando está prevista a limpeza das bermas das estradas municipais na freguesia porque há dois anos que não são limpas e agora com a chegada do inverno o troço é cada vez menor.----------

---------**Marco Aurélio Lyrio Andrade**----------

---------Cumprimentou os presentes saudando a Mesa, o Sr. Presidente da Câmara, os Srs. Vereadores, os colegas, o membro do público, o Sr. Cardoso e uma saudação especial ao Sr. Augusto Andrade. Felicitou o deputado António Luís Ferreira que há pouco tempo foi eleito para um novo mandato como Diretor do Agrupamento de Escolas de Castro Daire. A forma unânime como decorreu a eleição só veio provar o exercício de um excelente trabalho realizado à frente dos destinos do Agrupamento desejando assim os maiores sucessos e felicidades neste novo mandato, quer em seu nome pessoal quer em nome da Junta de Freguesia até porque os seus sucessos e felicidades são partilhados pelos alunos do Agrupamento, pelo corpo docente, pelos funcionários e naturalmente, todos os Encarregados de Educação e restantes familiares. Em segundo lugar, e relaciona-se com o exercício autárquico, felicitou o executivo camarário, em especial o Sr. Presidente, pela sua coragem e determinação na conclusão, requalificação e pavimentação da Estrada das Eiras em Soutelo e a respetiva ligação à EN2, obra essa que foi desejada e reclamada pela população e pela Junta de Freguesia há muitos anos. Em terceiro lugar e na sequência da obra executada, solicita a concretização de uma série de investimentos já prometidos, vias de comunicação, arruamentos e a necessária aposta na iluminação pública na Freguesia de Mões, já várias vezes aqui solicitadas pois agora que se está praticamente a meio do mandato, começam a tardar e embora se considere suspeito nesta afirmação, diz pensar que Mões merece muito mais e melhor. Em quarto lugar e tem que ver com a extensão fibra da Altice em mais de cem freguesias do país, no distrito de Viseu, são só centradas nos Municípios de Castro Daire, Nelas, Tondela, Viseu e Vouzela e lamenta que nestes Municípios sejam várias as freguesias contempladas e Castro Daire seja apenas contemplada com uma freguesia e diz pensar que talvez Moledo, Parada, Cabril, Almofala, Gosende e até perdeu a cabeça e pensou, Freguesia de Mões, mas não! Foi só para a Freguesia de Castro Daire. Disse saber que, naturalmente, esta decisão não dependeu do Presidente e se dependesse do executivo municipal, certamente, seriam as dezasseis as freguesias contempladas mas, solicita o empenho particular na expansão para outras freguesias e

naturalmente, para a Freguesia de Mões dado o conjunto de serviços e estabelecimentos comerciais, alunos e restante população que dela necessitam. Em quinto lugar, e mais uma vez, falou do conjunto dos animais abandonados, mais precisamente, cães e gatos que deambulam pelas estradas e localidades colocando em perigo quer a população, quer a criação de animais que auxiliam financeiramente para uma melhor qualidade de vida dos cidadãos. Já existem relatos de alguns ataques e agressões e ainda não está resolvida a concretização e agora com a maior implantação do PAN, o chamado Lar Residencial para os animais do Município de Castro Daire. Por fim, abordou uma situação que lhe aconteceu a título pessoal e que veio a decorrer tendo dado a conhecer uma série de situações análogos no nosso concelho. Tratou-se de uma situação de doença com alguma gravidade, relativa ao filho do deputado, que perante um conjunto de sintomas febris e dores generalizadas por todo o corpo, levou o deputado a recorrer aos serviços da Saúde 24. Perante o diagnóstico, foi receitado pela enfermeira que atendeu, dois medicamentos, os usuais. Perante o agravamento dos sintomas, efetuou uma nova chamada para a Saúde 24 e face à necessidade de recorrer ao serviço de urgência, e perante a informação de que a sua residência era Mões, foi dada a indicação de que haveriam duas unidades de urgência disponíveis, pasme-se, São Pedro do Sul e Moimenta da Beira, tendo que optar por um deles. Face à necessidade de se optar, foi direto a Viseu. Após a sequência do respetivo tratamento, foi necessário ir ao Centro de Saúde de Castro Daire e dado o estado visivelmente debilitado, combalido, foi necessária a aplicação de soro e pasme-se porque não havia soro em *stock* e havendo a necessidade de se adquirir na farmácia e estar sentado numa cadeira de praia, cerca de hora e meia a levar soro, sem o mínimo conforto, nem dignidade. Perante a recusa da aceitação, por parte do Município, das competências na área da Saúde, diz pensar que depois da luta, quer desta Assembleia, quer do Executivo Municipal, para a reabertura do Tribunal, isto no capítulo da Justiça, das obras necessárias da Escola Secundária de Castro Daire, no capítulo da Educação, diz ter a sensação que, quer as Juntas de Freguesia, quer a Assembleia Municipal, quer o Executivo Municipal não estão a fazer o necessário e o suficiente para proporcionar aos nossos concidadãos mais e melhores condições de saúde, como um direito fundamental, pois de nada vale ter Justiça, de nada vale ter Educação, até de nada vale ter dinheiro se não houver saúde. ----------

---------**Lino Gonçalves da Silva** ----------

---------Interveio cumprimentando a Mesa, a Sr.ª Presidente, os Srs. Secretários, o Sr. Presidente da Câmara, os Srs. Vereadores, todos os colegas aqui presentes e ao público, o Sr. Cardoso. Referiu que nesta sessão seria muito rápido mas não poderia deixar de apresentar o seu pedido de meia culpa, relativo à última Assembleia, pelo tempo que usou e que deu alguma turbulência aqui nesta sala e ao ler a ata e ao ver os trabalhos aqui desenvolvidos diz ter ficado um pouco surpreendido

porque, deve ter havido alguns colegas, usando da palavra que, se calhar usaram menos um minuto ou um minuto e meio e da forma como aqui o fez, disse querer deixar a sua meia culpa porque usou no período do tempo antes da ordem do dia, tudo aquilo que pretendia e queria trazer a esta Assembleia. Referiu que talvez por parte de inexperiência sua porque poderia ter tratado alguns dos assuntos durante a ordem de trabalhos e acabaria por dar tudo igual, mas pode ter sido falta de experiência sua. Mas, no futuro, não irá passar-se isso dessa forma. No contínuo da sua intervenção, referiu o que já foi dito sobre os Bombeiros, sobretudo pelo deputado Alexandre, e reforçou porque em Farejinhas e porque a aldeia do deputado fica ligada a Farejinhas, senão fosse feito um excelente trabalho com certeza que se calhar São Joaninho e a Granja teriam, a sua pequena mancha de pinhal, destruída. Por isso, não poderia deixar de dizer também que foi realizado um excelente trabalho e coordenado tanto na Freguesia de Moledo como de Castro Daire. Posto isto, acrescentou que pretendia acrescentar mais um ponto, pois diz gostar muito do seu coração, mas às vezes quando se abordam assuntos da ordem de trabalhos, diz não saber a forma como o vai fazer, porque é o coração do deputado que chuta aquelas palavras e diz gostar muito do seu coração, mas às vezes surpreende-o. No entanto, acrescentou que, conforme o que referiu na última Assembleia, está feito um excelente trabalho pela nossa Secretária aqui a secretariar as sessões, a Dr.ª Idália, e palavra dada, palavra honrada, há pequenos assuntos que se calhar traz à sessão, em que prejudica esse tempo, que certamente, a partir de agora tratá-los-á com o Executivo da Câmara antes de os trazer a esta sessão, pelo que se os mesmos forem resolvidos, não perderá esse tempo e não roubará esse tempo aos presentes. ----------

---------**Joana Raquel Guerra do Couto Sevivas** ----------

---------Interveio cumprimentado a Mesa, a Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal, os Srs. Secretários, o Sr. Presidente da Câmara, os Srs. Vereadores, os colegas, o público e a Dr.ª Idália. Disse que o que a leva a intervir são duas razões: - a primeira, é porque não podia deixar de dar os parabéns ao Executivo e a todos quantos trabalharam na nona edição da Festa das Colheitas, com a roupagem do FICA porque, considera que, pelo menos as expectativas da deputada foram superadas, bem como a de muita gente com quem falou. Disse estar a falar, especialmente, do cartaz cultural agregado ao evento, pois encontrou muitas pessoas, de muitas partes do país que conhece, que nunca imaginou ver em Castro Daire e realmente ficou surpreendida porque o espaço estava muito bem montado, a zona da restauração estava muito bem pensada, pelo que deu os parabéns também aos funcionários da Câmara e sentiu orgulho por dizer que esta é a nossa terra, pelo que parabenizou novamente e referiu estar-se no bom caminho e as pessoas de Castro Daire, sentiram-se, de certa forma, privilegiados com algo, nomeadamente o concerto, tendo havido algumas críticas pelo facto de se pagar, mas quanto a isso deu a sua opinião, a mesma que foi

dando às pessoas: paga-se um determinado valor para assistir a um jogo de futebol mas a própria não fica chocada se se pagar cinco euros para assistir a um concerto quando se vai a Lisboa ver um concerto e paga-se cinquenta. Concluiu dizendo que a cultura não tem que ser sempre gratuita, pelo que é mesmo uma forma de se mostrar respeito por quem a pratica e por quem faz disso vida. O segundo assunto teve que ver com algo que tem sido muito falado e que toca a todos, o ambiente. Passa-se em Castro Daire, tendo reparado, inclusivamente na aldeia onde mora, Vila Franca, que há ecoponto e que há efetivamente vários ecopontos pelo concelho. Todavia, considera que as pessoas não estão sensibilizadas para a separação do lixo e diz ver os ecopontos a serem usados de forma incorreta, pelo que lança um desafio, não ao executivo, mas a todos, inclusive os Membros da Assembleia e enquanto cidadãos, tentar arranjar formas de sensibilização das pessoas nas escolas e nas aldeias, para explicar às pessoas que separar o lixo não é algo exótico, é algo necessário, pelo que é importante pensar-se em conjunto para tentar sensibilizar as pessoas, porque para a própria é desmotivante estar a separar o lixo e ao lado alguém fazê-lo de forma incorreta. É importante que todos juntos pensem numa solução. ----------

---------**Carlos Alberto Bianchi Pinto** ----------

---------Interveio cumprimentando os presentes, a Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal, o Secretário, o Sr. Presidente da Câmara Municipal, os Srs. Vereadores, os colegas, o Sr. António Cardoso, a Dr.ª Idália, cumprimentando os presentes com o bom humor e espírito beirão que nos deve animar a todos. Disse nunca ter pensado que viria a esta Assembleia Municipal fazer o que via nos bancos da escola, usar cábulas, porque o deputado em relação à cábula é como o Mário Lino, "jamais", mas de facto tem que ser porque a idade já não perdoa e as falhas de memória já acontecem. Deu os parabéns à Associação Serra Amiga e ao Teatro Regional da Serra do Montemuro, porque há pouco se ouvia que não é só o futebol que interessa mas, iniciativas como estas duas instituições fazem, em que trazem à serra a cultura e o interesse por aquilo que é bom e o que precisamos para o concelho fazem sentido e devem ser relembradas. Tal como o deputado Alexandre Pereira referiu e felicitou a Associação Desportiva de Castro Daire pela conquista da SuperTaça, mas acima de tudo felicitar aqueles estudantes universitários que este ano ingressaram no Ensino Superior e de facto, convém nesta casa, que se recorde quem efetivamente será o nosso futuro e o futuro faz-se pela educação, muito mais do que por investimento em determinados eventos culturais e desportivos, se calhar uma aposta na educação acessível e orientada para as empresas faz muito mais sentido em concelhos como o nosso, pelo que é importante dar os parabéns a estes estudantes e aos seus pais pelo esforço que fazem. Disse ainda, políticas à parte, cumprimentar a Professora Isabel Souto, o Dr. Rui Braguês, o Sr. António Cardoso pela sua inclusão legislativa nos respetivos partidos, respetivamente, CDU, PS e CDS, porque, rivalidades fora, ter gente do nosso

concelho reconhecida nos próprios partidos como gente de valor para poderem reportar à visão nacional aquela que é a nossa visão regional. Quis ainda homenagear homens e mulheres que combateram os incêndios no início do mês, em Moledo, Farejinhas, Monteiras, bem hajam pela generosidade, coragem e disponibilidade e referiu que, por ter um irmão Bombeiro e a esposa incluída na equipa de Sapadores, teria que fazer esta homenagem e é sentida de coração e, acrescentou, dirigindo-se à Câmara Municipal, ao Sr. Presidente e ao deputado Alexandre Pereira que referiu nesta sessão mas também o Sr. Presidente na Informação à Assembleia, que na altura referiu, e bem, os Sapadores, não se pode esquecer que toda a gente é importante, mas talvez por usarem fato amarelo são o patinho feio da Proteção Civil porque quase nunca são lembrados, pelo que convinha, no futuro, nas comunicações oficiais da Câmara Municipal, em concreto a Informação do Sr. Presidente, que também os Sapadores fossem referidos para valorizar o seu trabalho. Quanto ao Turismo, disse ter reparado num conjunto de património, muitas vezes esquecido, que são as nossas Ermidas e diz não ver, talvez falha sua, que se esteja a dar um papel a este tipo de equipamentos para captar o Turismo religioso mas diz fazer algum sentido. Na iniciativa da Serra Amiga, disse ter reparado e por graça falou com o Sr. Bispo para disponibilizarem a Igreja da Ermida para o serviço da população. Ao mesmo tempo, também não vê e aproveitando a questão das Ermidas, tem uma preocupação em dar um papel diferente, por exemplo, ao património natural, já que se está numa altura de pensar o clima muito mais do que apenas pensar nos gatos e cães do PAN, pensar em dar relevo a determinados patrimónios como a Mata do Bugalhão e diz não ver nenhuma solução pública para tentar valorizar o património e a propósito disso, questionou por que razão neste concelho ainda se consegue ter uma estrada que liga duas Ermidas e a Mata do Bugalhão à Ermida com um quilómetro sem tapete e espantosamente, chama-se o caminho novo. Disse que faria sentido, numa estratégia de valorização do património, terminar esta infraestrutura. Ainda questionou, em relação às piscinas exteriores, se há ou não, um processo judicial para apuramento das responsabilidades do empreiteiro, eventualmente, e de outras entidades, pois cada vez mais se verifica um abatimento cada vez mais forte das piscinas exteriores, vendo-se os muros, perigosamente, a resvalar para as casas de habitação. Caso exista o processo, pediu a informação de qual o número e se não existe, disse gostar de saber por que motivo não existe. ----------

---------**Horácio António de Paiva Ribeiro**----------

---------Interveio cumprimentando a Sr.ª Presidente e na sua pessoa todos os presentes, deu um cumprimento especial ao Sr. António Cardoso, volte sempre e traga outros castrenses a esta casa. Disse concordar com o que já foi referido e parabenizou as várias entidades nas várias vertentes, quer desportiva, quer cultural, quer ao nível da educação, Proteção Civil, pois é também essa a sua opinião. Deixou nota da nona edição da Festa das Colheitas, FICA, que começou, tal como referiu há

um ano, de uma forma muito singela com pouco mais de uma dezena de carros no seu desfile e que ao longo dos anos foi crescendo e é notório o seu crescimento da oitava para a nona edição. Deixou uma questão ao Sr. Presidente, se há um balanço final daquela que foi a oitava edição com indicadores facilmente percetíveis da relação investimento/sucesso para o concelho, para que se possa validar ou balizar a opinião, se realmente é de todo importante continuar-se no investimento crescente, neste tipo de iniciativas, ou se até já se atingiu o patamar, pelo que é importante refletir-se nessa questão, para tal era importante ter-se indicadores, não só de vir mais gente, dado que esse é normal acontecer fruto da existência de uma iniciativa diferente, pelo que é normal que venha gente nova mas também se essa gente nova, ao longo do ano se depois se repercute numa mais valia para o concelho, não só nos dias da própria feira mas se isso traz uma mais-valia real para os munícipes castrenses para também se ter uma opinião em relação a isso. ----------

---------**João Cândido da Silva Henrique** ----------

---------Interveio cumprimentando a Sr.ª Presidente da Mesa da Assembleia, o Sr. Presidente da Câmara, os Srs. Vereadores, os colegas, o Sr. Cardoso (amigo e colega de escola) e a Dr.ª Idália. Referiu que, quando faz uma intervenção, emite a sua opinião e a de outros. Não significa que não emita uma opinião relativamente ao ROC e é, pessoal. Disse ainda que foi militar em 1985 e alferes na tropa e ainda que tem cão e gato e gosta muito deles. Acrescentou que em relação ao Ambiente e às alterações climáticas, em Castro Daire, nas rotundas aparecem umas plantas esquisitas, não sabe se plantas invasoras ou coisa do género, mas se calhar era preciso ver isso, porque já lhe disseram que vai aparecer uma numa rotunda que vai ser a barracuda, o submarino, a barracuda, pelo que é importante ver isto, porque nem tudo fica bem em todo o lado. É importante ver estas coisas de homenagear, isto, aquilo e aqueloutro, repetindo-as, é muito complicado. Diz continuar a afirmar a mesma coisa, diz-se que não é preciso homenagear os Bombeiros porque são homenageados todos os dias, mas é importante parabenizar a Associação Desportiva de Castro Daire por ter conquistado mais um troféu mas quer aqui parabenizar os Bombeiros porque, todos os dias, conseguem conquistar vários troféus e são essas situações que diz não entender. Salienta não ser contra ninguém, mas questionou se junto à repartição de Finanças já não existe um monumento, goste-se ou não, acerca dos heróis da Grande Guerra, mas agora vem outro... questionou se, caso lhe proponha colocar uma barracuda porque pretende homenagear os indivíduos de 85 da tropa, o que vai responder, o Sr. Presidente. Se a resposta for, não pode, questiona o porquê. Referiu que qualquer dia é necessário arranjar rotundas para colocar coisas para homenagear, porque morreram pessoas e diz respeitar muito essa situação, mas pede para não se cair em exageros. Disse que são opiniões, mas são opiniões de várias pessoas e não apenas a do deputado e bem se estaria se fosse apenas a sua opinião, porque seria sinal de que todos teriam razão e que o próprio não tinha razão.

É preciso por as coisas no seu devido lugar. Em relação ao Bolo Podre, disse que se dizia que o mesmo era de uns indivíduos mas provou-se agora, porque puseram o doce para concorrer àquele programa de televisão, das 7 Maravilhas, o mesmo não passou e nem sequer chegou às eliminatórias, porque não foi dito às pessoas para fazerem uma chamada para o mesmo ser elegível. É importante perceber isto. Não há aqui donos do património do concelho. Quis deixar bem claro que não tem nada contra as pessoas, mas tem contra as más atitudes das coisas que se fazem e diz ter pena de vir a ter razão. Voltou a questionar se o investimento do Bolo Podre está a ser um bom investimento. Considera que não é, mas salvaguarda que o mesmo deva ser feito. Também referiu ter ficado sensibilizado pelo facto do deputado Marco Andrade ter referido dois assuntos, por um lado, os coitadinhos dos animais mas depois as pessoas é que até têm que ir para Moimenta da Beira. Mas há uma escala, um posicionamento, mas questionou se será que as pessoas só deram conta agora, que se está desta forma. Que no Centro de Saúde não há meios e que são os Médicos e os Enfermeiros a comprar os materiais, questionou, novamente, se apenas deram conta deste problema agora. Em relação ao referido pelo Primeiro Secretário, Carlos Pinto, e em relação à estrada que não está alcatroada, também a das Piscinas Municipais ao Bairro do "praquistão" não tem. Mas não quer dizer mal, é apenas constatar pequenas coisas. Deu os parabéns pela FICA, porque efetivamente, sem monitorizar, mas conforme disse o deputado Horário Ribeiro, deve fazer-se isso, mas disse parecer-lhe que há um salto e há um salto, especialmente, porque até que enfim que se começou a dar importância às pessoas da terra, que muitas vezes têm que ir para longe para ter importância naquele local. Porque, na nossa terra temos dificuldade em dar importância aos da terra e há pessoas, noutras terras, que são daqui e que lá têm uma grande importância. Salientou ainda a questão da legislação, que é importantíssima, porque, por proposta do deputado Diogo Carvalhas, aumentou-se mais uma hora no horário da Biblioteca Municipal, à qual votou favoravelmente, mas agora questiona quantas pessoas passam pela Biblioteca nessa hora, cem, duzentas, trezentas, para se perceber se é necessário aumentar ou retirar mais uma hora, porque, habitualmente decidem-se aqui coisas e depois não se monitoriza. Nesta Assembleia, não se cumpre o papel de deputado e diz também falar contra si próprio. Disse ter tido o cuidado de ir verificar essa situação e questionou os presentes se sabem quantas pessoas passam nessa hora, e passam uma ou zero. E uma, é o Sr. que vão lá depositá-lo de manhã e que vão buscar na hora de almoço e voltam a depositar à tarde e é sempre a mesma pessoa. Disse estar a dar esse exemplo mas haveriam muitos mais exemplos, de atitudes que aqui se tomam e depois deveriam ser analisadas e monitorizadas as decisões que aqui se tomam. Por fim, referiu-se aos subsídios para as coletividades, pois há quem jogue todos os dias, há quem todos os dias tenha vitórias e vitórias em vidas e em bens e disse que iria ser, uma vez mais polémico e quer que fique escrito que o próprio tem muita dificuldade em perceber que, um clube de futebol que, joga de vez em quando, treina

todos os dias, se calhar, mas apenas umas horas, tenha um subsídio maior do que uma Corporação de Bombeiros, que joga todos os dias a toda a hora a todo o minuto. Dizer que é pouco para os clubes de futebol, certo, não diz que é muito, mas muito menos é para as Associações de Bombeiros. É importante que fique bem claro, aqui, que não é de agora mas tem que se inverter. Se calhar até dão pouco para o futebol mas agora pouquíssimo dão para os Bombeiros. Lembrou que os Bombeiros estão vinte e quatro horas por dia ao serviço do cidadão. É necessário rever essa situação. É importante que se façam investimentos mas é importante que se acompanhem os mesmos.----------

---------**António Luís Fernandes Ferreira**----------

---------Interveio cumprimentando a Mesa, o Executivo municipal, todos os presentes e o Sr. Cardoso. Deu algumas notas até porque se sentiu desafiado para tal e começou por agradecer as felicitações endereçadas pelo deputado Marco Andrade e diz esperar corresponder pois se a eleição é um voto de confiança no trabalho feito até agora, espera corresponder e compara aos jogadores de futebol, em que a única coisa que pode prometer é trabalho com sentido de responsabilidade sabendo que muitas vezes não se atinge o sucesso que se pretendia mas sempre conscientes que o que se pretende, é o sucesso da formação dos nossos jovens. Vincou, não só este aspeto mas, também, toda aquela que foi a intervenção do deputado Marco Andrade e da generalidade dos intervenientes quer, nas felicitações, quer nas reivindicações de um modo geral, com algumas reticências numa ou outra situação, mas, de um modo geral, parecem justas. Em relação à questão do Jardim de Infância de Cabril, salvaguardando não se querer substituir ao Executivo, fez o esclarecimento, de que o Jardim de Infância referido foi encerrado pela inexistência de crianças para o manter em funcionamento, não era uma má vontade ou falta de empenho do Executivo ou do Agrupamento ou qualquer entidade local mas, depois de um jardim encerrar é muito difícil reabri-lo, até porque nesta altura, para se poder manter um Jardim com um número abaixo do exigível, reabri-lo, normalmente apontam para esse número. Efetivamente, nesta altura o Jardim de Parada tem mais crianças de Cabril do que de Parada mas são as oscilações pontuais, temporais e anuais que vão ocorrendo. Em função disso foi feita uma proposta, por parte do Executivo e naturalmente apoiada pelo Agrupamento no sentido de poder voltar a funcionar o Jardim de Cabril. Estas questões levam sempre muito tempo, a prova é a data em que foi pedido e, nesta altura, ainda não se tem uma resposta, porque como são situações excecionais, tem que ir a despacho do Sr. Secretário de Estado e até ao momento, não existe nenhum despacho favorável nem desfavorável. No entanto, as informações que se vão tendo do interlocutor mais próximo, a DGESTE de Coimbra, é que existe uma forte possibilidade de ser reaberto. No entanto, este impasse já não depende do Agrupamento nem do Executivo e terá que ser o Sr. Secretário de Estado a tomar posição acerca do mesmo.

Apesar do número limite de alunos não estar a ser cumprido, pelas informações recolhidas, será viável em função da distância que as crianças têm que percorrer. De qualquer modo, aguarda-se, esperando que seja reaberto. Apoiando integralmente o que a deputada Joana Sevivas referiu na questão da separação dos resíduos, nas escolas trabalha-se muito esse tema, não se terá a resposta ainda suficiente mas também não existe uma resposta por parte das entidades responsáveis pela recolha do lixo ajustada às necessidades da população. Há questões económicas, que também se percebem, mas, das duas uma, ou este tema é de extrema importância quer para o presente e sobretudo para o futuro, ou então não é. E se é um tema de extrema importância, as entidades competentes não podem olhar apenas ao retorno financeiro do investimento mas sim aos benefícios que traz à população e, neste momento, existe essa dificuldade e os ecopontos não são os necessários para fazer face às necessidades e inclusive deu o exemplo da Escola Secundária que já há uns três anos se fez, inclusivamente, um espaço próprio para colocar um ecoponto mas, posteriormente, por dificuldades diversas não foram instalados. Encontram-se uma série de razões para não se conseguir dar essa resposta. Nas escolas faz-se esse trabalho, está-se até a reforçar esse trabalho, deu o exemplo do desafio colocado pela CIM Viseu Dão Lafões ao Agrupamento acerca da questão das alterações climáticas e o Agrupamento excedeu, claramente, aquela que era a proposta inicial e quando a CIM propunha que esse trabalho fosse feito com uma turma em cada ciclo, o Agrupamento apresentou uma contra proposta, que até já está aprovada, em ter uma turma de cada ano. O Agrupamento está a trabalhar nessa área. Salientou um aspeto importante, a Escola ir, eventualmente a esses locais, ao comércio e às empresas, pois não sabe se o comércio e as empresas estão a fazer esse trabalho também e deveria ser uma exigência. Não só porque pode, eventualmente, reduzir custos na recolha pelo efeito final que tem mas, todos os proveitos que no futuro nos trará. Em relação à FICA diz reiterar tudo o que foi dito e diz fazer suas as palavras das diversas intervenções, foi, efetivamente, uma atividade que encheu de orgulho os castrenses, não só algumas atividades mais visíveis na parte cultural mas também porque participou no Seminário, porque quis e as pessoas só não foram porque não quiseram embora o Auditório estivesse praticamente cheio, mas de facto sentimo-nos orgulhosos porque estivemos no centro do Mundo, já que estavam em Castro Daire vários Municípios, várias entidades e instituições representativas e com significado no plano local e sobretudo regional e trouxe-se uma temática extremamente importante. Ficamos, neste momento, os mais ricos do país, porque o país é conhecido pelos 3F's, porque é conhecido por Fátima, Futebol e Fado e nós temos a FICA e agora esperamos ter a Fibra conforme o deputado Marco Andrade pediu porque temos apenas numa freguesia mas para se conseguir concretizar o quinto F, porque de facto e foi abordado no Seminário, e foi dado o exemplo do Teatro Montemuro com toda a importância que tem, como poderia ter sido dado o exemplo dos jovens e crianças do nosso concelho que estão em clara desvantagem em relação a outras zonas do

país. Fala-se muito em interior e nas problemáticas do interior mas podia, perfeitamente, existir alguma discriminação positiva em relação a estes jovens que, quando chega o momento de concorrer ao Ensino Superior, estão exatamente com os mesmos requisitos daqueles que são os favorecidos da nação mas não há nenhuma discriminação positiva, havendo pelo contrário muito mais encargos. Os nossos alunos, muitos deles têm que se levantar antes das sete horas da manhã e chegam a casa depois das sete da tarde, o que dificulta a realização de qualquer trabalho após esse período, mas se se quiser fazer um trabalho ou uma pesquisa, e foi dito por um dos participantes, que éramos uma geração privilegiada, somos mas só alguns, outros não, porque se se reparar, as assimetrias aumentam, porque a partir do momento em que uns têm acesso a todo o conhecimento e a toda a informação que a Internet pode dar, esses ainda se vão afastar mais daqueles que não têm, ou seja, apesar de ser um benefício, acaba por acentuar as assimetrias. Mas, de um modo geral, a FICA, mais uma vez, foi algo que nos orgulhou, correu muito bem, é importante monitorizar, com a qual concorda plenamente embora não seja fácil nestes eventos mensurar, de forma objetiva os dados. Um dado significativo é o número de pessoas que vêm ao nosso concelho, aquelas que são nossas e que regressam cá e se calhar não tinham grandes motivos para vir, mas também tantas outras que vêm, como empresas, pessoas a título individual que vêm a esta atividade. Por outro lado, felicitar o Executivo pela FICA e pela demonstração de algo que é importante que é pegar naquilo que já existia e acrescentar-lhe valor, ou seja, tínhamos atividades que corriam bem, tínhamos o Mostra Castro Daire que corria mal e não interessa sequer a origem do Mostra Castro Daire, mas estava a ser uma despesa e não um investimento e é importante que quem gere, com sentido de responsabilidade e com defesa do interesse público, tenha a capacidade de não negar o que foi feito antes, independentemente, de quem o fez e conseguir melhorar e acrescentar valor e esse foi o salto qualitativo que foi dado, pelo que felicitou o executivo por essa determinação e sentido de defesa do interesse público. ----------

---------**Intervenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal** ----------

---------Interveio o Sr. Presidente da Câmara cumprimentando a Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal e a restante Mesa, os deputados da Assembleia Municipal e dizendo que em relação aos incêndios e desde que é Presidente da Câmara estes foram os piores dias enquanto Autarca. Disse ter acompanhado, relativamente, de perto os incêndios até à sua extinção bem como o Sr. Vice-Presidente, cada um em seu incêndio, uma segregação porque o próprio conhecia melhor o território da Freguesia de Moledo e o Sr. Luís melhor o outro território, mas esteve regularmente neste incêndio. Houve um acompanhamento, muito de perto, de todas as situações de incêndio que existiram mas, acima de tudo, disse ter ficado extremamente agradado com a forma como os Bombeiros, e há pouco o Sr. Primeiro Secretário havia referido que não colocou na informação os

Sapadores, não foi por mal, tal como não referiu os Presidentes das Juntas de Freguesia, de Moledo e de União de Freguesias de Mamouros, Alva e Ribolhos, tendo havido muitos meios e honestamente ficou muito agradado com o trabalho dos Bombeiros. A Câmara de São Pedro do Sul cedeu também uma máquina, empresários locais a ceder máquinas gratuitamente para o combate aos incêndios. Nesse aspeto, apesar dos dias difíceis que se teve houve uma colaboração extraordinária da comunidade, pelo que quis realçar esta questão perante esta Assembleia e agradecer. Relativamente, à água, disse que os Presidentes de Junta de Freguesia foram questionados relativamente a esta questão e a Câmara ainda não respondeu porque estava na expectativa que hoje esse assunto fosse abordado porque as Juntas de Freguesia foram questionadas. É evidente que a posição da Câmara, e se a Assembleia concordar, pode ser uma posição da Câmara e da Assembleia Municipal, uma posição negativa naquilo que é o alargamento do perímetro de proteção e se esta Assembleia assim o entender até reforça ainda mais aquilo que é um ofício de um Presidente de Câmara e com o reforço da Assembleia Municipal. Quanto à questão da água da rede pública de Cujó, sugeriu que decorresse uma reunião em Cujó, no local e discutir-se-á com quem de direito da Junta de Freguesia, da população que conheça a realidade para *in loco* resolver definitivamente esta questão. No que concerne à questão das águas do Rio Paiva a jusante da Ponte Pedrinha, naquilo que tem sido as indicações que têm sido dadas e no que concerne ao nosso concelho a situação estará tranquila. Quanto à questão do deputado José Gonçalves e ao saneamento sem ETAR, nas aldeias do Mosteiro e Ameal, regista a sugestão do deputado da construção de uma fossa coletiva. Com relação ao Jardim de Infância a explicação já foi dada pelo deputado/Diretor António Ferreira mas, o Executivo municipal, foi sensível a esta situação há uns meses atrás, porque este Jardim já fechou há algum tempo por falta de alunos. É evidente que, um encerramento por perda de alunos é mais fácil do que uma reabertura mas tem-se lutado para que isso aconteça e tem-se a perspetiva de uma resposta positiva, mas é necessário aguardar mais algum tempo. Relativamente, às Infraestruturas do Lodeiro disse ficar preocupado quando refere a existência de Providências Cautelares porque pode interferir com o seu funcionamento, mas será a EDP quem tratará de toda a situação dos terrenos. Quanto à exploração de lítio não tem conhecimento de nada. Quanto à limpeza das estradas, salvaguardou que quando se entra numa Câmara não se tem ideia, logo à partida do resultado do trabalho que se faz e algumas situações têm vindo a ser adjudicadas e a limpeza de maior ou menor número de metros, em largura, prende-se com o facto de serem estradas ou caminhos municipais. Quanto às preocupações apresentadas pelo Sr. Presidente da União de Freguesias de Reriz e Gafanhão e em relação à estrada referida, a mesma é também uma preocupação para o Executivo, em especial em alguns pontos do troço, nomeadamente em Midões que está a ficar muito deteriorada. Todavia, com a aquisição da pavimentadora, com o novo camião e o cilindro tem-se vindo a fazer algumas obras, e neste

momento, encontra-se nas Termas do Carvalhal a fazer preparação do espaço para a seguir se pavimentar, ou seja, estão a dar-se os primeiros passos mas, daqui a algum tempo, far-se-á essa avaliação e perceber-se-á que dimensão de obras serão possíveis de fazer e se essa estrada poderá ser feita, ou não, por administração direta. Em relação à limpeza das estradas, verificou-se uma avaria que atrasou o trabalho mas, em breve, irá para a Freguesia de Reriz. Agradeceu as felicitações relativas à estrada das Eiras que era necessária. Quanto à fibra ótica, e ao facto de outros concelhos terem mais freguesias com fibra ótica e Castro Daire apenas com uma, salvaguardou que a Altice Portugal nesta fase deu privilégio aos Municípios que foram muito afetados pelos incêndios. Mas o importante foi ter-se conseguido colocar Castro Daire já na rota do investimento. Disse que na intervenção que o próprio fez no Seminário referiu que tinha mais quinze freguesias para ter esse investimento. Quanto à iluminação pública disse contar em breve com a disponibilização de alguma verba para resolver algumas dessas questões dado que há bem pouco tempo houve investimento nas Infraestruturas na Cela, que em breve, começarão a sua instalação. Também cinquenta por cento da instalação da praia do Lodeiro teve que já ser paga, mas conta em breve que haja disponibilidade para alguns ramais. Quanto ao canil, disse que se fez uma alteração à sua localização para a Casa Florestal de Custilhão e no último comunicado, pediram um parecer da Comissão de Compartes sobre a viabilidade da sua execução naquele local. A questão do Centro de Saúde é uma preocupação enorme mas, ainda que o Município não tenha aceite as transferências de competências já lá colocou um recurso humano para que, minimamente, o Centro de Saúde possa funcionar. Quanto à questão do ambiente e ainda fruto dos incêndios de dois mil e dezassete, a Central de Triagem do Planalto Beirão foi devastada mas, muito em breve o concelho terá uma cobertura bastante significativa de contentores de recolha seletiva e aqui na vila, na vila de Mões e nas Termas do Carvalhal ter-se-ão alguns dos enterrados mas também todo o concelho será reforçado. Posteriormente, à sua instalação, é intenção fazer sensibilização que é fundamental. Quanto à Igreja da Ermida referiu que já foi aprovada a Minuta do Contrato para a sua requalificação onde está incluída a sua cobertura, a limpeza das paredes, iluminação e ainda uma outra candidatura para recuperação de um acesso junto à Igreja da Ermida, aos turistas, pela EN 225 com parque de estacionamento. Relativamente ao caminho que refere junto à Mata do Bugalhão, o seu problema não é apenas a pavimentação mas sim ao facto do pontão não ter capacidade de aguentar uma carga associada ao transporte. No respeitante às Piscinas Exteriores, foi ontem levado à Reunião do Executivo a execução das garantias bancárias das piscinas. Simultaneamente, foi solicitado à Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto um estudo de reabilitação daquele espaço pelo que se aguarda pelo mesmo para se definir e tomar uma posição sobre o que se irá fazer. Não existe processo em Tribunal acerca das Piscinas. Alterou-se a estratégia e já foi dito na última Assembleia desta atitude em defesa do interesse público, procurando-se resolver a questão.

Quando estiver pronto o estudo da Universidade do Porto, trará ao conhecimento desta Assembleia. Relativamente, à FICA destacou, acima de tudo que se Castro Daire pretende ser atrativo e quando refere isto, diz respeito à capacidade de atrair pessoas e empresas é preciso sermos vistos como tal e a FICA tem conseguido passar uma imagem positiva de Castro Daire e diz ficar extremamente satisfeito que, na questão do Seminário, habitualmente, neste tipo de coisas, é Castro Daire que tem que se deslocar para assinar um Protocolo ou qualquer outra situação mas, desta vez, tivemos vários Municípios que se deslocaram até cá e o que passa pela comunicação social é colocar Castro Daire no mapa dos investimentos. Considera que não é por acaso que quem vem construir o Lar em Mões era um investidor que já tinha um terreno identificado em Viseu e que entretanto conseguiu convencer para que viesse investir em Castro Daire. Também, não é por acaso, que os Franceses vieram instalar-se na Ouvida, e é importante agradecer e reconhecer, o trabalho de pessoas de fora e fez um reconhecimento de que, ainda esta semana, o deputado João Henrique, uma pessoa próxima dessa empresa, esteve junto de um empresário e se tudo decorrer conforme o que foi acordado, ter-se-á mais uma empresa a investir na Zona Industrial da Ouvida. É importante ser-se grato e reconhecido com quem nos ajuda a desenvolver e deixou este reconhecimento e agradecimento ao deputado João Henrique que tem sido embaixador do concelho e estes é que devem ser os indicadores da FICA. Disse ficar extremamente satisfeito de ver pessoas na FICA, deste país todo. Isto é que é ter-se a abertura do concelho. Também fica satisfeito de ver as empresas castrenses em ter um espaço onde podem apresentar a sua atividade económica a pessoas de todo o país, porque há sempre alguém interessado e percebe a qualidade que temos e temos muita. Acima de tudo, conseguiu-se colocar Castro Daire no mapa e quem está fora olhasse para Castro Daire como tendo a capacidade de atrair pessoas e empresas, um concelho dinâmico, com potencial económico e com qualidade de vida e este evento tem esta característica e esta convicção. Também o Seminário em parceria com a Altice, aconteceu porque sempre considerou a questão tecnológica muito importante e junto da Altice, fez alguma pressão nesse sentido e sempre se conseguiu uma freguesia com fibra e no final foi a própria Altice que referiu que, não tinham ainda decidido a data e o local mas iriam organizar um evento em que queriam a presença do próprio porque iriam investir em Castro Daire e nesse seguimento, de imediato referiu que o evento deveria ser feito no interior e disse saber qual o evento perfeito para o efeito, a FICA Castro Daire e a Altice ficou maravilhada pelo apresentado da FICA e na hora fechou-se que a apresentação do evento deles seria em Castro Daire e a Altice olhar para Castro Daire desta forma é deveras importante. Quanto à questão da rotunda com o chaimite, disse que o mesmo resultou de um protocolo estabelecido com o Exército Português, no sentido de uma cedência gratuita de um chaimite e considerou-se que, aquando da comemoração do 25 de Abril, até naquele local tinha estado um chaimite criado pelos alunos do Agrupamento e dado que ali é a Avenida Vinte Cinco de Abril, que

faria sentido aquela localização. Foi uma opção, e não foi objetivo de melindrar ninguém mas foi de aproveitar para homenagear os ex-combatentes, militares e ex-militares do concelho também pelo facto de sermos gratos e reconhecer-se as pessoas. Há um outro monumento, junto às Finanças, para homenagear os ex-combatentes e este seria mais amplo. É intenção do Executivo que estes espaços do concelho, espaços envolventes às principais vias de comunicação, sejam dotados de outra qualidade visual, para tornamos a vila atrativa. No que concerne ao Bairro do "Praquistão", Quinta das Presas, foi marcada uma reunião extraordinária de Reunião de Câmara para a próxima segunda-feira, para se aprovar dois projetos, um diz respeito à linha PAMUS para a requalificação da Quinta das Presas e a outra tem que ver com o desbloqueio de alguma verba para a Escola Secundária, na ordem dos trezentos mil euros para o conforto térmico dos alunos na Escola Secundária. Conseguiu-se a execução do polidesportivo exterior através da DGESTE e neste momento, com alguma verba avançar-se-á com a melhoria do conforto térmico. Acredita-se e espera-se que em breve se consiga mais verba para a melhoria dos edifícios. A questão do horário da Biblioteca referido, já havia sido discutida com o Vereador responsável há algum tempo atrás, e efetivamente, foi uma alteração que se procedeu mas que em termos de impacto e adesão do público ficou aquém das expectativas e como tudo na vida, as decisões têm que se tomar mas devem ser monitorizadas e repensadas. Perante esta situação, o horário da biblioteca sofrerá uma alteração. Um outro exemplo apresentado, foi o da BTL em que o Município tem estado com *stand* próprio, mas já se tomou a decisão de que no futuro estarão com a CIM, porque o investimento face ao retorno, consegue-se igualmente, aproveitando o *stand* da CIM, do Turismo do Centro e EN2. Relativamente, ao apoio aos Bombeiros, disse considerar-se um dos primeiros a reconhecer o trabalho dos Bombeiros e com ambas as corporações, disse terem mantido ótimas relações indo ao encontro daquilo que tem vindo a ser necessário. Disse acreditar que se o apoio fosse maior, seria mais positivo mas, nesta fase, tem-se os dois quartéis em construção, em que também houve este investimento e no futuro quando estas questões estiverem resolvidas ter-se-á outra capacidade para se olhar para os Bombeiros e dar mais algum apoio. ----------

---------**Horácio António de Paiva Ribeiro**----------

---------Interveio, novamente, para esclarecer que a questão do próprio em relação à monitorização é poder ter-se uma avaliação mais rigorosa, neste caso, em relação à FICA que vai já na nona edição e permitir fazer esse balanço de, não só, ter-se a perspetiva da melhoria da imagem e que o Sr. Presidente da Câmara considera ter sido isso que alavancou, por exemplo, a criação de um Lar privado em Mões, não tendo apenas que ver com custos mas também com o retorno desse investimento e não ficar apenas pela questão que o Sr. Presidente tem, a melhoria da imagem causada pela FICA, que terá levado que um investidor que iria, segundo o Sr. Presidente, investir em

Viseu e terá alterado a sua posição para investir em Mões, ou por exemplo, uma empresa que já investiu na Sr.ª da Ouvida, porque senão também poderá questionar se as empresas que fecharam e as que vão fechar também se pode alocar a essa imagem. Está-se numa questão subjetiva. Deixou outra questão e que terá que ver com o mesmo, já se alterou a posição em relação à BTL, qual a monitorização que foi feita. Pois refere que foi feita monitorização mas que dados possui para alterar essa posição e isso é importante para todos e também para o próprio. Estes dados são importantes em relação à FICA, BTL, Mostra Castro Daire e não apenas uma convicção. Ter-se dados mensuráveis que permita ter outro tipo de discurso. ----------

---------**Intervenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal** ----------

---------Disse não ter indicação de nenhuma empresa ter saído pela realização da FICA e pedir às empresas que participam na FICA para informarem quanto faturaram no ano anterior e quanto faturaram este ano, para ser objetivo necessita ter valores e duvida que qualquer empresa venha a informar. Mas uma coisa é certa, e este é um critério que se pode dar, e que não deixa de ser objetivo, que é o aumento do número de expositores, no contacto com os expositores todos eles estavam agradados pelo facto de haver uma melhoria de uma edição para a outra. É evidente que estes eventos não é fáceis medir objetivamente, mas verificou-se um aumento do número de expositores e que a opinião dos expositores foi positiva relativamente à questão da dinâmica, que tiveram mais pessoas de fora, que a Altice olhou para Castro Daire não apenas pela FICA mas por toda a dinâmica que acontece é também verdade. São indicadores, ainda que subjetivos. Um indicador objetivo, não em relação à FICA mas às Termas do Carvalhal é que as mesmas cresceram trinta por cento, no primeiro semestre. As próprias entrevistas da TVI acerca das Termas do Carvalhal têm impacto, mas dados concretos e objetivos de impacto real não é fácil. ----------

---------**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**----------

---------Procedeu-se à chamada dos Membros da Assembleia Municipal, estando a faltar à sessão a deputada municipal Susana Rodrigues tendo a mesma justificado a falta através da apresentação do documento que certifica a incapacidade temporária para o trabalho por estado de doença. ----------

Ponto Um – Apreciação e votação da ata de sessão ordinária da Assembleia Municipal de vinte e oito de junho de dois mil e dezanove.----------

Posto este ponto a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprová-lo.----

Os deputados Augusto Andrade, Arlindo Pereira, Maria Cardoso e o Presidente da Junta de Parada de Ester e Ester não participaram na votação e discussão deste ponto, por não terem estado presentes na sessão a que se refere a ata, em obediência ao disposto no número três, do artigo 34.º, do Código do Procedimento Administrativo.----------

---------Procedeu-se às alterações à ata propostas pelos deputados Diogo Carvalhas e José Gonçalves.----------

Ponto Dois – Nomeação de um representante da Assembleia Municipal, para integrar a Comissão Municipal de Toponímia, nos termos do artigo 5.º do Regulamento de Toponímia do Município de Castro Daire aprovado em Assembleia Municipal de vinte e cinco de fevereiro de dois mil e quatro. ---

---------**Horácio António de Paiva Ribeiro**----------

---------Interveio dizendo ter a proposta do deputado Agostinho Matias Pereira para integrar a Comissão Municipal de Toponímia e ainda deixou a sugestão de se poder propor, talvez o nome de uma rua ou de algum monumento em alguma rotunda, do Dr. Jorge Ferreira Pinto, pelo trabalho desenvolvido no nosso concelho merecendo um reconhecimento a esse nível. ----------

---------Interveio a Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal referindo a inexistência de outras propostas, pelo que, após concordância da Assembleia, foi nomeado o deputado Agostinho Matias Pereira integrando a Comissão Municipal de Toponímia.----------

Posto este ponto a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, nomear o Sr. Agostinho Matias Pereira para integrar a Comissão Municipal de Toponímia. ----------

Ponto Três – Análise, discussão e votação da proposta de deliberação do Executivo Municipal da não aceitação do exercício de competências previstas no Decreto-Lei número 72/2019, de vinte e oito de maio de dois mil e dezanove para os órgãos municipais para o ano de dois mil e vinte, no domínio das Áreas Portuárias.----------

---------**Diogo Gomes Carvalhas** ----------

---------Interveio cumprimentando a Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal, os Srs. Secretários, o Sr. Presidente da Câmara Municipal, os Srs. Vereadores, os colegas e a Dr.ª Idália. Questionou se esta foi já uma das que foram votadas anteriormente ou se é uma nova. ----------

---------Intervenção da Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal que esclareceu ser um diploma novo.

---------**Carlos Alberto Bianchi Pinto** ----------

---------Usou da palavra questionando a existência, ou não, de equipamentos no nosso concelho abrangidos pelo Decreto-Lei em questão. E se não existem, questionou se não se estará a tentar negar competências do futuro... quando o mar chegar a Castro Daire...----------

---------**Intervenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal** ----------

---------Ainda que estas competências não se apliquem a Castro Daire, por uma questão de prudência considera melhor votar.----------

Posto este ponto a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprová-lo com duas abstenções.----------

Votaram pela abstenção os Membros da Assembleia Municipal Horácio António de Paiva Ribeiro e Diogo Gomes Carvalhas. ----------

Finda a votação, foram apresentadas as seguintes declarações de votos dos deputados municipais: - Horácio António de Paiva Ribeiro referiu "Como membro desta Assembleia, lugar que muito me honra por ser resultado da votação democrática dos eleitores do Concelho de Castro Daire, tive a oportunidade de ser eleito por esta mesma Assembleia para a representar na Assembleia Intermunicipal da Comunidade Viseu Dão Lafões. Face aos assuntos da Ordem do Dia desta Assembleia tenho um sentimento de alguma desilusão. Desde que me formei como jovem e adulto sempre me empenhei no combate pela Democracia, e acredito que esta tem de ser vivida e principalmente respeitada. Uma das características dos regimes e organizações democráticas é da separação dos poderes executivo e deliberativo. Na CIM Viseu Dão Lafões, também existem estes mesmos dois órgãos executivo e deliberativo. É à Assembleia Intermunicipal, órgão deliberativo, que legalmente cabe aprovar os Planos de Acção/Actividades/Investimentos, Orçamentos e Relatórios e Contas entre outros assuntos determinantes para ação da Comunidade. Por isso, quando se está a decidir se a Comunidade deve aceitar ou não transferências de competências estamos a entrar dentro das competências atribuídas à Assembleia Intermunicipal. O procedimento que seria o correcto seria o de obter a deliberação da Assembleia Intermunicipal e após isso sujeitá-lo à ratificação das Assembleias Municipais. A pseudo-simplificação da política em nome de uma pseudo-eficácia ou pseudo-eficiência nas decisões, não pode sacrificar o respeito pelas competências e dignidade dos diversos órgãos institucionais da administração pública. Esse é um perigoso caminho para o populismo político por uma pretensa visão do interesse dos cidadãos"; - Diogo Gomes Carvalhas referiu "No programa do atual governo está inscrita a intenção de descentralização de competências a favor dos vários níveis de autarquias locais, promovendo-se assim uma maior proximidade entre a Administração Pública e as pessoas. Na verdade, a descentralização de competências tem promovido, ao longo dos anos, um melhor exercício do serviço público, entendido numa perspetiva de serviço às populações. Quanto mais próximo o poder político, melhor possibilidade têm os seus agentes de conhecer o território onde os habitantes se encontram, quais os seus anseios, preocupações e necessidades. Ainda no ano passado, em sede de Congresso do Partido Socialista da Federação Distrital de Viseu, pedi a palavra para defender a descentralização de competências, na minha intervenção saudei todos os autarcas passados e presentes do interior. Estes construíram e moldaram os seus territórios, desenvolveram-nos. Não há hoje concelho no distrito de Viseu que não disponha de determinados equipamentos, os quais há uns anos pareciam

um luxo das cidades do litoral. É certo que o dinheiro gasto pelos municípios e pelas freguesias, é gasto naquilo que é prioritário para cada comunidade em que as decisões políticas são assumidas. O poder político das autarquias assume uma dimensão inegável e imprescindível de serviço público. É minha convicção que quanto mais competências tenham os autarcas, mais obra será feita, mais necessidades serão satisfeitas, mais pessoas serão ajudadas. A descentralização de competências é um imperativo. Mas não só se justifica a descentralização com o melhor serviço prestado às populações. Também a legitimação política de um autarca passa pela conquista de melhores condições de vida para quem o elege. Um autarca só se sentirá realizado enquanto tal, quando as pessoas dos seus territórios tenham uma melhoria das suas condições de vida. E esse autarca só será eleito em novas eleições se colocar o desenvolvimento do seu território como uma prioridade. A organização de comunidades mais pequenas de eleitores corresponde, em termos de lógica eleitoral, a esse desígnio. Não defendo uma total ausência de competências no poder central, mas realço as virtudes de as comunidades pequenas poderem eleger representantes independentemente das outras comunidades. Realço essa possibilidade, porque assisti ao desenvolvimento dos territórios do interior, principalmente, pela mão dos autarcas. As considerações precedentes são válidas, principalmente no contexto do interior do país. De facto, o poder político central, por vezes, não tem uma perceção tão adequada das necessidades existentes em zonas onde existe menos população. Os autarcas são atores centrais na discussão política local e na apresentação de soluções para os problemas que se vão manifestando. Castro Daire é um município inserido no interior de Portugal. Faz todo o sentido a aceitação de mais competências para assim melhorar as condições de vida das pessoas e atingir um maior nível de desenvolvimento económico. Por tudo isto, não me sinto confortável em votar pela não aceitação de competências, conforme apresentado a reunião. A opção política pela transferência de competências não foi acompanhada por uma certeza da existência de mais recursos financeiros transferidos para as autarquias. Por isso, os diplomas apresentados colocam algumas questões que têm de ser respondidas pelos municípios. A verdade é que ficou ao critério de cada município avaliar se tem capacidade para desenvolver a competência, o que só pode ser realizado numa ótica de possibilidade de acomodação através, por exemplo, da construção de sinergias e soluções inovadoras e de gestão de prioridades. O juízo sobre a capacidade de acomodação no orçamento atual e de gestão de prioridades pela Câmara Municipal de Castro Daire redundou na proposta de não aceitação de competências, tendo sido tal proposta aceita em sede de órgão executivo. Esta deliberação transmite-me que este órgão não está apetrechado devidamente para exercer a competência. Melhor, a Câmara Municipal não quer abdicar de outra ou outras atividades que desempenha, para desempenhar as novas atividades que lhe poderiam ser atribuídas e não tem capacidade para, com os mesmos recursos e sem maiores gastos, exercer as mesmas competências e mais estas que são propostas. Se é esta a perceção do órgão executivo, não me

sinto confortável, enquanto membro do órgão deliberativo, em impor a aceitação de uma competência que o órgão executivo não quer exercer, uma vez que tal poderia resultar num mau exercício da competência, não concretizando os propósitos do princípio da subsidiariedade, os quais realcei nas linhas anteriores, que presidiram à proposta de transferência de competências. Em suma: É importante para o desenvolvimento dos nossos territórios a transmissão de competências para as autarquias locais. O órgão executivo é responsável pela formulação de um juízo de prioridades, o qual redundará numa deliberação sobre a aceitação ou não de competências. A Câmara Municipal de Castro Daire deliberou que não tem capacidade para exercer as competências propostas e que não pode abdicar do exercício de outras atividades para o exercício das novas competências. Posto isto: Pese embora a minha convicção de necessidade de transferência de competências, não posso ignorar o juízo de capacidades e de prioridades expresso na deliberação da Câmara Municipal. Da ponderação destas duas realidades sempre resulta uma dúvida inultrapassável que me fez votar pela abstenção"; - Carlos Alberto Bianchi Pinto referiu "Compreendemos, pessoal e politicamente, as justificações dadas pela Câmara Municipal, para as suas propostas de deliberação, sobre as delegações de competências, até aqui, apreciadas. Consideramos que, tal como decorre dos diplomas que procedem a essas delegações de competências, seria irresponsável, se não votasse favoravelmente essas propostas. Sob pena de essas delegações de competências se tornarem já definitivas, contra a vontade e capacidade da Câmara Municipal de as exercer. Mas tal não invalida que se tome posição, sobre a matéria de delegação de competências. Em bom rigor, as Assembleias Municipais deveriam poder exercer, nesta matéria, uma verdadeira desobediência civil, recusando votar quaisquer propostas de deliberação. É inqualificável que o Governo imponha uma delegação de competências, estipulando que o silêncio dos Municípios equivale a uma aceitação tácita. É inqualificável que se esteja a valorizar uma figura, sem legitimação e sem fiscalização democráticas e que, na verdade, não representa a maioria dos cidadãos – as comunidades intermunicipais. É absolutamente inqualificável que, um qualquer Governo, sempre com menor legitimidade democrática que qualquer dos Deputados Municipais – porque estes, sim, foram eleitos diretamente pelo Povo – se preste a este papel de menorizar e até humilhar as Assembleias Municipais. E, pior, que estes órgãos se permitam aceitá-lo, pacifica e silenciosamente".----------

Ponto Quatro – Tomar conhecimento, nos termos da alínea d), do número dois do artigo 77.º da Lei número 73/2013, de três de setembro, da Informação Semestral sobre a situação económica, financeira e orçamental relativa ao primeiro semestre de dois mil e dezanove. ----------

---------**Intervenção da Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal**----------

---------Interveio referindo que a Sociedade de Revisores apresentou um conjunto de mapas que foram enviados aos diversos elementos da Assembleia Municipal. ----------

---------**João Cândido da Silva Henrique** ----------

---------Interveio dizendo querer fazer justiça ao Sr. Presidente da Câmara quando estava na bancada desta Assembleia e várias vezes se insurgiu com os gastos com pessoal aumentarem. E, efetivamente, com os dados que se analisaram verifica-se que os gastos com pessoal diminuíram. Diz pensar que não se diminuiu o vencimento a ninguém, pelo que fazer mais com menos é o ideal. Há uma diminuição de cerca de trezentos mil euros nos gastos com o pessoal. Deixou os parabéns por, manter a sua posição enquanto estava na bancada e agora a liderar o executivo. ----------

---------**Carlos Alberto Bianchi Pinto** ----------

---------Interveio abordando a mesma temática do deputado João Henrique, dizendo que, não é do conhecimento que tenha havido uma diminuição de pessoal, pelo contrário, houve um aumento no número de pessoas, mais vinte e duas pessoas, e o que questionou foi, exatamente, como fazer o milagre, uma vez que se consegue fazer muito mais, ou ter muito mais funcionários, com muito menos custos. Fez o reparo de que para além do milagre diz esperar não se ter voltado à política dos CEI´s que tanto se criticou no passado e acima de tudo espera não se ter descoberto o verdadeiro voluntariado no Município, ou seja, ter-se voluntários não remunerados. ----------

---------**Intervenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal** ----------

---------Usou da palavra dizendo que o mapa comparativo dos períodos homólogos do ano passado e deste ano não são lineares, porque em termos de especialização daquilo que são os custos e os proveitos, houve uma alteração na forma como está a ser feito. Objetivamente, era impossível que com os descongelamentos, por exemplo, se verificasse redução de custos com o pessoal mas, o que está a acontecer é que em termos de especialização, a forma está a ser feita de forma diferente que antes era só feita no final do ano e agora não, o que origina discrepâncias na comparação dos resultados. Mas os descongelamentos ao serem desbloqueados aumentaram as despesas com o pessoal, pelo que quando ocorrer uma comparação semestral com a mesma fórmula de cálculo, haverão aumentos. ----------

A Assembleia Municipal toma conhecimento. ----------

Ponto Cinco – Análise, discussão e aprovação do acordo de financiamento das atividades exercidas ao abrigo dos contratos interadministrativos de delegação de competências relacionadas com o Sistema de mobilidade e serviço público de transporte de passageiros entre a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões e o Município de Castro Daire, para cumprimento da alínea k) do número um do artigo 25.º do Anexo I da Lei número 75/2013 de doze de setembro.----------

---------**Intervenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal** ----------

---------Interveio dizendo que o início do procedimento iniciou quando ainda estava na Assembleia Municipal enquanto deputado municipal e o que vem hoje é a aprovação da forma como vai funcionar o pagamento de cada Município à CIM Viseu Dão Lafões. Há três componentes distintas, em que algumas, o peso foi calculado em função das compensações que são pagas, pois no concelho para se ter algumas carreiras é preciso haver alguma compensação pois caso contrário já não existiam, pois se apenas se olhasse ao retorno económico da empresa, as carreiras já não existiam. Há uma série de formas de cálculo, tudo foi debatido na CIM em que cada Município tem o seu peso e esta forma vai regular o funcionamento da adjudicação. A entidade que paga à transportadora é a CIM e o Município passa a pagar à CIM Viseu Dão Lafões, tendo em conta os valores calculados no modelo de financiamento acordado entre todos os Municípios. ----------

---------**Carlos Alberto Bianchi Pinto** ----------

---------Interveio dizendo perceber-se que é algo que já estava acordado e a questão que colocou foi simples. Há várias formas de transferência, pelo que questionou se no serviço público de transportes que será transferido na totalidade para a CIM está englobado com os valores de transferência que estão calculados no Acordo. Em termos de valores de transferências, na primeira alínea tem uma transferência de cento e setenta e oito mil euros e na segunda alínea cerca de quatrocentos e sessenta e nove mil euros de transferências, pelo que perguntou se este fundo do serviço de transporte será superior. No ano passado o Município não gastou um milhão de euros, mas andou perto, mas pelas contas do deputado, sem transferências do fundo do serviço público, ter-se-á cerca de seiscentos e cinquenta mil euros e se acrescer o valor do serviço de transportes, é mais um valor e depois ainda há a possibilidade de pagar mais valores de ocorrências não previstas. Apresentou ainda a seguinte dúvida, naquilo que são as redes intermunicipais e interegionais da CIM, há pelo menos três concelhos que não pagarão valores nenhuns, Aguiar da Beira, Nelas e Oliveira de Frades. ----------

---------**Intervenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal** ----------

---------Interveio dizendo que todas as verbas que existem atualmente e possam existir a seguir, entra tudo no modelo de financiamento. Disse ainda que a lógica é que cada um dos Municípios no final paguem menos ou paguem o mesmo ou mais mas que tenha um melhor serviço. Logicamente que, a expectativa de fazer este Acordo em que a CIM passe a regular a rede transportes é precisamente para, ou para os Municípios pouparem algum dinheiro ou para que se possa ter um melhor serviço. Foi um processo complexo, mas está convencido que se gastará menos. O valor de cento e setenta e oito mil euros foi dividido apenas pelos Município que têm compensações e os três Municípios referidos não pagam compensações. ----------

Posto este ponto a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprová-lo com um voto contra.----------

Votou contra o Primeiro Secretário da Mesa, Carlos Alberto Bianchi Pinto.----------

Finda a votação, o deputado municipal apresentou a seguinte declaração de voto: "O documento em apreço prende-se com uma delegação de competências que consideramos, em si mesmo, um erro. Seja porque é feita em favor de entidades (a CIM's) sem controlo democrático, artificialmente construída e que exerce poderes de administração com base em estatísticas e não nos interesses das populações. Seja por que constituem uma voluntária desresponsabilização do Estado central num assunto vital para a correcção de assimetrias territoriais – a mobilidade dos cidadãos. Seja, ainda porque é uma forma de sorver recursos dos Municípios, numa matéria em que a proximidade destes para com os seus cidadãos (e o maior conhecimento que tem das necessidades das suas populações) é essencial, mas ignorada. Mas o acordo agrava, a nosso ver e salvo o devido respeito, o erro que a delegação de competências, constitui. Isto porque nos parece um cheque em branco, cujos critérios de preenchimento nos surgem ininteligíveis, ocultos num documento que parece resultar de uma decisão do órgão executivo da CIM e que nos é apresentado «assim, porque tem de ser assim e porque já foi discutido, resta-vos aprová-lo". Dando exemplos: Porque é que Castro Daire é o concelho que mais contribui para o financiamento das competências da CIM em matéria de linhas inter-regionais e inter-municipais? Porque é que existem concelhos que, nesta questão, contribuem 0% para o orçamento da CIM? Qual a razão para Castro Daire ser, também, o concelho que mais contribui para o financiamento das competências da CIM, em matéria de linhas municipais? O financiamento destas competências (linhas inter-regionais e inter-municipais e linhas municipais) custará ao município cerca de € 670.000: neste valor está incluída a transferência de 100% do valor devido a Castro Daire pelo Fundo de Serviço público de transportes ou este acrescerá à verba paga pelo nosso Município? Castro Daire é o terceiro concelho que mais contribui para o financiamento das responsabilidades da CIM em ocorrências não previstas, qual a razão de assim ser? Não aceitamos que tudo isto seja explicado porque o órgão executivo da CIM assim decidiu. E consideramos que a única atitude responsável de um órgão deliberativo, eleito directamente pelo povo, que exerce as suas competências em nome e por conta dele, perante um documento que lhe é apresentado sem esclarecimentos, apenas sim porque sim, é recusá-lo. É, no nosso entender, a única forma de salvaguardar os interesses do Concelho e das suas gentes. Daí que tenhamos votado contra a aprovação do documento". ----------

Ponto Seis – Apreciação, nos termos da alínea c), do número dois, do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei número 75/2013 de doze de setembro, da Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal, relativamente à atividade do Município, bem como a sua situação financeira. ----------

---------**Constantino Duarte da Silva**----------

---------Interveio dizendo que há quatro semanas que a rede de águas residuais de Cujó está entupida, no mesmo lugar onde o deputado, há bem pouco tempo atrás comunicou aos Gabinete de Apoio ao Presidente e atualmente a rede de esgotos nesse lugar está a caminhar para uma poça de água e a regar terrenos de cultivo. Acerca da comunicação do Sr. Presidente da Câmara disse querer felicitá-lo pela FICA e todos os intervenientes que estiveram a cargo deste grande evento onde, e salvaguardou que poderão discordar, está em causa a exteriorização do Município de Castro Daire e não as contas da FICA. Deu um exemplo concreto de, há uns anos atrás, um Sr. de idade que lhe disse que "há sol que rega e sol que seca", e até hoje ainda não entendeu, mas às vezes, a exteriorização que se faz do nosso Município, a exteriorização dos produtos dos saberes do concelho são mais importantes que toda a despesa que possa acarretar o evento mas, também, às vezes temos que dar ao povo, o que o povo gosta e não aquilo que o povo precisa.----------

---------**Horácio António de Paiva Ribeiro**----------

---------Interveio dizendo compreender não ser fácil parametrizar mas pode ser aprimorado e falou da questão das Termas que foi possível ver esse volume, certamente será possível ver nas nossas empresas, porque têm-se empresas que são PME´s, ano após ano, é porque há um critério de distinção. Disse não estar a pedir para se fazer devassa dos vários negócios mas é possível, caminhando, chegar-se a valores parametrizados que possam dar um outro conforto quando se analisa uma decisão política. Voltou ao assunto da falta de recursos, já se falou da Saúde, e é importante fazer-se um balanço do arranque do ano letivo, num ano em que se verificaram algumas mudanças ao nível da própria estruturação das escolas, pelo que seria importante ter a visão do Sr. Presidente. Certamente, lembra-se na altura do programa precários que na altura o próprio fez referência a isso mesmo, que julgava ser importante em algumas áreas ir-se mais além, e na área da Educação, área do Município tem competências era uma área na visão do deputado deveriam ter ido mais além pois continuam a faltar muitos funcionários ao nível das escolas e diz pensar que essa altura poderia ter sido bom para integrar mais algumas pessoas. Na altura o Sr. Presidente referiu não ter havido tempo porque recebeu o programa dos precários quando estava na tomada de posse, mas é preciso ter atenção porque a falta de recursos não acontece só na Saúde mas também na área da Educação, sobretudo por ser pai e porque acredita que nos meios mais desfavorecidos como é o nosso é na Educação que efetivamente é preciso dar contributos, conforme referido pelo deputado António Ferreira, para se esbaterem as assimetrias cada vez mais acentuadas em relação ao litoral. Deixou ainda uma outra questão relativamente ao facto de ter referido, o Sr. Presidente, que pediu a execução das garantias bancárias e que por isso, não tinha havido um avançar para o campo judicial em relação ao apuramento, ou não, de responsabilidades, pelo que questionou qual o

valor das garantias bancárias para que também se perceba se não será claramente insuficiente para aquilo que aquela obra, certamente, irá exigir. ----------

---------**Lino Gonçalves da Silva** ----------

--------Interveio para abordar um assunto que diz respeito à freguesia do próprio deputado e deu os parabéns ao Sr. Presidente da Câmara pelo facto de ter contactado e dialogado com pessoas que investiram na Freguesia de Mões na questão do Lar, mas tem uma preocupação e que, possivelmente, nada diz respeito ao Executivo da Câmara e nem ao Sr. Presidente da Câmara. Enquanto autarca que foi da Junta de Freguesia de Mões, lutou-se para arranjar um terreno, na altura e conseguiu-se angariar esse terreno e o objetivo já, nessa altura, era conseguir um terreno para um futuro Lar para Mões, mas um Lar que tivesse apoio da Segurança Social, um Lar público. O Sr. Presidente não tem culpa nenhuma de, nesta altura, ter contactado e por isso, mais uma vez reforça os parabéns, em ter um empresário para lá. Mas a sua preocupação é esta, pelo conhecimento que tem, desse empresário, que já gere um Lar e em que as pessoas pagam mil e muitos euros por mês, a sua preocupação é nestes valores este Lar para a Freguesia de Mões e por aquilo que conhece das pessoas como Canado, Codeçais, Malhada e todas estas aldeias muito pobres que não possuem condições de salários hoje para amanhã terem reformas suficientes para pagarem esses valores, e que isso não traga para o futuro, a impossibilidade de voltarmos a ter um outro Lar, que servisse toda aquela margem da Freguesia de Moledo, Mões e Mamouros, Alva e Ribolhos. Tem-se uma zona sem um Lar que possa dar apoio social. Esta é a sua preocupação e deixou este alerta para que no futuro se houver esta possibilidade, governativa, de poder dar algum apoio por parte do Município para que isso venha a acontecer, ficando, realmente, muito feliz por isso. -- ----------

---------**Diogo Gomes Carvalhas** ----------

---------Interveio dizendo ser inegável o sucesso que foi a FICA. Disse ter sido, realmente, um evento que promoveu o concelho, um evento onde foi possível assistir a várias atividades culturais que não são habituais em Castro Daire mas o que gostava de ter enquanto Membro da Assembleia Municipal, órgão fiscalizador do Município, era uma tabela com todos os gastos da FICA, com a respetiva receita da venda de bilhetes já que tinham valores diferenciados. Pode fazer-se uma apreciação daquilo que foram os custos e daquilo que poderão ser os benefícios e esse sim será um elemento objetivo para se identificar eventuais necessidades de melhoria.----------

---------**Carlos Alberto Bianchi Pinto** ----------

---------Usou da palavra referindo que, por hábito, faz a leitura dos documentos, ao contrário, começando pelo fim pelo que a sua abordagem dos assuntos também será feita pelo fim. O Sr.

Presidente da Câmara falou na aquisição de um equipamento de pavimentação, também já havia sido referido na última Assembleia, pelo que questionou quantos dias o equipamento funcionou deveras, quantos quilómetros de pavimentação se tem e questionou se esteve mais tempo parado do que a funcionar e salvaguardou que apenas está a comunicar aquilo que lhe perguntam. Em relação às Termas do Carvalhal afirmou que ainda bem que estão a ter um incremento de clientes e faturação, podendo ser que da próxima vez, no Relatório de Contas tenha-se, efetivamente, a noção do custo do ativo, qual o rendimento do ativo, até para que se perceba que estratégia se poderá ter, nomeadamente a Assembleia Municipal, para auxiliar e implementar ao nível das Termas do Carvalhal. Esta não é uma questão nova, é importante ter-se uma tabela de custos e receitas mesmo para comparação. Em relação ao início do ano letivo e à reorganização escolar e que estava presente na informação do Sr. Presidente, e disse ter ficado satisfeito com a reorganização que se verificou, pois também é pai, tem dois filhos, um no ciclo outro no Pré-escolar e neste momento com a reorganização estarão melhor localizados e com melhores condições para o próprio desenvolvimento. Em relação aos incêndios se calhar convém, enquanto entidades oficiais, referirem-se a todos ou quando não se referem a todos "parabéns a todos os que estiveram" evitando desvalorização do trabalho de quem de facto veio para ajudar. Quanto ao Lar de Mões, dirigiu-se ao Sr. Lino dizendo que é o que distingue, exatamente, a direita da esquerda, ainda bem que há iniciativa privada no setor social e à Câmara Municipal o que cabe é tentar assegurar que esta iniciativa privada tenha também a resposta social com Acordos com a Segurança Social. Relativamente ao Programa ABEM, falta informação, pois sabe-se para o que serve mas não se sabe como funciona, não sabe se haverá algum regulamento. Terminou com a FICA dizendo ser uma montra para o concelho e este ano com a particularidade de ser inovadora até na ciência económica, pois descobriu-se que a agricultura faz parte agora do setor Terciário e não do Primário com que os Professores da Faculdade lhe ensinaram para tentar perceber Economia Política. Quanto ainda à FICA, disse concordar com o deputado Diogo Carvalhas, restando saber preços. Não é o indicador económico nem a visibilidade que traz para o concelho, este é o trabalho de cada um dos deputados municipais, procurar nos indicadores económicos que são externos, Pordata, INE, e perceber qual o volume de negócios de Castro Daire, o número de visitantes que se teve, que camas aumentaram, que Turismo se tem agora, e esse é o trabalho do deputado municipal. Compete fiscalizar, conhecer a receita e os custos dos eventos. Afirmou ir ainda mais longe, pois se calhar para, efetivamente, fazerem melhor o trabalho, necessitam desde o início do evento, perceber quanto se gastou e tentar perceber na evolução do concelho se de facto a Festa das Colheitas era assim um ativo que justificasse o custo que se tinha e se a mostra neste momento não é muito melhor ativo e justifica, realmente, o investimento que se fez. ----------

---------**Marco Aurélio Lyrio Andrade**----------

---------Afirmou ter-se falado novamente no Lar de Mões, várias vezes na FICA e agora abordou dois pormenores, pode constatar e nesse aspeto a televisão é fértil em imagens, de que na segunda-feira regressa-se à terra, e muitos dos idosos que pôde visualizar na televisão brilhavam os olhos ao ver os artistas mas na segunda-feira dirigiram-se ao Presidente da Junta e disseram, que as ruas estavam por fazer, por limpar, para quando se vai fazer isso, já que promete as coisas e depois não cumpre, quando muitas vezes nem depende do Presidente da Junta. Disse ser daqueles Presidentes de Junta, talvez um bocadinho mais antiquados, que se chegasse a ser elemento do Executivo Municipal ou Presidente de Câmara, algo que não está nos seus propósitos, mas se lá chegasse seria capaz de, logo nos primeiros anos, interromper algumas atividades, como o passeio dos idosos, a Feira das Colheitas, a BTL, entre outros e apostava, possivelmente, em meios mais duradouros, melhorava as máquinas camarárias, melhorava o parque automóvel camarário, explicava isso aos utentes, o que faria com que alguns não gostassem mas bem explicado seria possível assegurá-lo. Depois disso, voltaria às atividades. Não discutirá a FICA porque antigamente a Feira das Colheitas era para consumo interno, era para a alegria dos nossos habitantes e neste momento, está-se a trabalhar para uma exteriorização do Município, o que é importante. Acrescentou que a sua idade já não lhe permitirá uma visualização mas é preciso pensar nisso, para os mais novos que um dia quererão regressar e fixar-se no concelho e o nosso concelho nesse aspeto precisa modernizar-se. Quanto ao Lar, disse que um Lar privado não será para os utentes da maioria dos residentes do concelho de Castro Daire porque as verbas que são cobradas são impossíveis de se pagar com a maioria das reformas que os nossos concidadãos têm. Mas o investimento privado é sempre bem vindo e ter-se que apostar num prédio que estava devoluto, num prédio a degradar-se, no coração de Mões, que dava muito mau aspeto e para este caso é necessário pensar nos aspetos positivos, nomeadamente nos postos de trabalho que eventualmente se venham a criar, na dinâmica económica envolta a todo o investimento (restauração, farmácia, bares, bombas de gasolina, minimercados, etc.) que certamente dinamizarão a vila de Mões e que no decorrer deste investimento venham investimentos públicos. ----------

---------**Intervenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal** ----------

---------Interveio para responder ao referido pelos deputados municipais dizendo que este ano letivo arrancou com algumas alterações que na opinião do Executivo trazem mais qualidade de ensino e mais conforto aos alunos. O arranque escolar ocorreu de forma tranquila. Quanto à garantia bancária, não disse que ela ía suportar o custo, disse que, foi uma salvaguarda pelo interesse público, ir-se-iam executar já as garantias bancárias, mas é um processo algo complexo, e que ronda os sessenta e cinco mil euros, salvo erro. Quanto ao Lar, é evidente que ficaria satisfeito se se

trouxesse um Lar luxuoso, pagando-se cinco mil euros por mês, era sinal que se estavam a trazer outros públicos para cá, mesmo estrangeiros, mas o importante é o que o ambiente económico traz para o concelho, o emprego que cria, o investimento que é feito, é a economia local a funcionar. Relativamente aos custos que o deputado Diogo Carvalhas refere, em termos globais, pegou-se num evento com a designação das Festas das Colheitas e que custou cento e quarenta mil euros em dois mil e dezassete, em dois mil e dezoito custou cerca de cento e cinquenta mil e euros e este ano cento e noventa mil euros, números redondos. Este ano teve mais um dia, a Proteção Civil considerou que deveria implementar um Plano de Segurança com determinadas exigências, pois para se ter este evento acarreta outras responsabilidades. Quanto à pavimentadora e aos quilómetros já efetuados, fez o reparo de que a equipa que faz as pavimentações é a mesma equipa que prepara o terreno pelo que ela não pode trabalhar todos os dias. A equipa prepara o terreno e depois do terreno adequado faz a pavimentação e está a dar-se os primeiros passos e não havia ninguém na Câmara que o fizesse, mas ao longo do tempo a produtividade aumentará, programando-se o trabalho e tendo maior capacidade de resposta. As Termas do Carvalhal cresceram o que é uma satisfação e gostariam que continuasse a crescer pois têm sido feitas algumas obras por administração direta, também o edificado do Parque de Campismo está a ficar extremamente bonito e simultaneamente há uma candidatura que foi aprovada ao Turismo de Portugal onde se vão fazer outras infraestruturas. A expectativa do Município é positiva e está a fazer-se este investimento nesta área, nomeadamente na EN2 que é um veículo que traz muito turista e esta divide o Parque de Campismo das Termas do Carvalhal e poderá ser mais um ponto de paragem que ajude a fazer crescer as Termas. O Parque de Campismo estava devoluto e abandonado e poderá passar a ser uma mais valia. O Protocolo ABEM foi efetuado com uma instituição que não carece de um regulamento mas pode trazer-se o protocolo à sessão.----------

---------**Diogo Gomes Carvalhas** ----------

---------Interveio referindo que o que pretendia era uma tabela com os respetivos custos em detrimento de uma evolução dos custos, pelo que solicita que para a próxima sessão de Assembleia Municipal esse documento faça parte da documentação. ----------

---------**Horácio António de Paiva Ribeiro**----------

---------Interveio referindo-se ao arranque do ano letivo e para congratular de que o mesmo tivesse corrido pelo melhor e julga que seria importante um equipamento infantil para os mais novos. De facto têm muito mais condições do que na EB1 mas as crianças do primeiro e segundo ano que ainda não vão muito para o campo, seria importante terem um parque, possivelmente até já estará a ser pensado. Também interveio devido às garantias bancárias e disse também não esperar que esse valor desse para pagar a totalidade do investimento mas o que teme, mais uma vez é que se irá

pagar a irresponsabilidade de outros e sabendo como é a Justiça em Portugal, com os seus *timings* e teme em que seja mais um caso em que vai prescrever e sejamos todos responsáveis por uma irresponsabilidade que se desconhece quem é. Quem tem responsabilidade tem que a assumir, não sabe de quem é, mas sabe que não pode ficar assim. ----------

---------**Intervenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal** ----------

---------Interveio dizendo que a questão das piscinas é algo que preocupa o Executivo dado ser uma obra financiada e sendo uma obra financiada, existe sempre o risco inerente da devolução de fundos e nesse sentido, por uma questão de interesse público, fez-se um pedido de levantamento à Universidade do Porto para se verificar o que é necessário reabilitar para a colocar em funcionamento e para tal executar já as garantias bancárias, à margem do apuramento de responsabilidades. ----------

A Assembleia Municipal toma conhecimento. ----------

--------- ----------

APROVAÇÃO EM MINUTA DA ATA DA REUNIÃO: Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a ata em minuta no final da reunião, para produção de efeitos imediatos e eficácia externa, nos termos do n.º 3 e para efeitos do disposto no número 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei número 75/2013, de 12 de setembro. ----------

---------Interveio a Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal referindo estar a ser pensada a realização de uma sessão de Assembleia Municipal extraordinária relativa à temática do Ambiente com a intervenção das crianças e jovens das Escolas e será concertado com o Município. Não é apenas a questão dos ecopontos serem poucos ou ficarem cheios, há que realizar trabalho a montante, como por exemplo, usar uma saquinha de pão quando se compra numa padaria. Há todo um conjunto de ações e atitudes que devem ser promovidas por todos nós e dar informação e orientação a todos os elementos da nossa comunidade. ----------

---------Interveio o Sr. Presidente da Câmara de sugerir que a mesma fosse realizada no mês do Ambiente, sendo uma iniciativa promovida pela Assembleia Municipal. ----------

---------Interveio o deputado Horácio Ribeiro referindo a importância da descentralização desta Assembleia e também cabe a esta Assembleia publicitar quer o pré, quer o durante a Assembleia e muito se tem falado de democracia e cabe a esta Assembleia promover atos que levem a tal e porque não aproveitar a Assembleia extraordinária para o fazer. ----------

---------Interveio o Primeiro Secretário da Mesa que já informou a Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal e o colega Secretário e, por uma questão política e uma decisão tomada no dia de ontem,

renunciará ao cargo Secretário da Mesa da Assembleia, nada tem que ver com questões pessoais nem com a Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal com quem manteve uma relação de muito respeito, com uma boa capacidade de trabalho. ----------

---------Usou da palavra a Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal agradecendo todo o apoio prestado pelo Sr. Primeiro Secretário Carlos Pinto. ----------

--------- ----------

---------E nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Maria Eulália da Silva Teixeira, deu por encerrada a sessão, eram doze horas e cinquenta minutos, da qual para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pela Senhora Presidente e por mim, Idália Sofia Ferreira Ribeiro, Secretária de Gabinete de Apoio à Vereação para o efeito designada, que a secretariei e redigi. ----------

--------- ----------

--------- ----------

--------- ----------

--------- ----------

--------- ----------

--------- ----------

--------- ----------

--------- ----------

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA,

-Maria Eulália da Silva Teixeira-

A SECRETÁRIA,

Idália Sofia Ferreira Ribeiro

-Idália Sofia Ferreira Ribeiro-